

Policiais mantêm paralisação

» ANTONIO TEMÓTEO

O Governo do Distrito Federal descartou ontem o reajuste de 26% exigido pelo Sindicato dos Policiais Civis, além da reestruturação da carreira. Diante da negativa do governo, cerca de 3 mil policiais, reunidos em assembleia em frente ao Palácio do Buriti, decidiram manter a paralisação, que entra hoje no sétimo dia. Em nota, o GDF alegou que há um deficit orçamentário estimado em R\$ 500 milhões, o que impede avançar em qualquer negociação com a categoria. Argumentou ainda que Fundo Constitucional do DF (FCDF) não dispõe de verba suficiente para elevar os salários no momento.

O governo assumiu o compromisso de publicar um decreto para corrigir um intervalo na progressão das carreiras policiais e a instalar um grupo de estudos que mapeará possíveis reajustes à categoria. A nota conjunta das secretarias de Segurança Pública, de Administração e de Governo lida pelos líderes do Sinpol foi vaiada pelos participantes da assembleia, que, em seguida, saíram em carreta pelo Eixo Monumental em protesto à negativa do GDF. Os grevistas usaram o carro de som para explicar à população o motivo do movimento.

Na avaliação do diretor Jurídico do Sinpol, André Rizzo, os valores pleiteados pela categoria não entram na conta feita pelo GDF, pois são oriundos de um fundo específico. Rizzo explica que dos R\$ 8,74 bilhões destinados ao FCDF este ano, apenas R\$ 1,15 bilhão são para a Polícia Civil. Na conta do sindicalista, haveria, portanto, dinheiro suficiente para bancar o reajuste reivindicado pela categoria. "Isso é um problema de caixa do GDF. Participei das reuniões e a área técnica do governo indica que há recursos. O governo está em conflito com ele mesmo", afirmou.

O presidente do Sinpol e deputado distrital, Wellington Luiz (PSC), considerou lamentável a ausência de uma proposta por parte do GDF e acredita que faltou boa vontade para eliminar o impasse. "Técnicamente, é possível que se conceda essa reestruturação. Se não pode ser de uma única vez, que seja parcelada. Temos bom senso e sabemos das limitações do governo. Agora, eles precisam ceder. Se isso

Iano Andrade/CB/D.A Press



Depois da leitura da nota divulgada pelas secretarias de Segurança, de Administração e de Governo, quase 3 mil policiais em assembleia aprovaram a continuidade da greve

não ocorrer, dificilmente os policiais cederão", completou.

Negociação

O deputado distrital Cláudio Abrantes (PPS) disse que o governo precisa melhorar a negociação com a categoria. Na opinião dele, o movimento exige uma proposta, pois a polícia está há três anos sem correção salarial. "Compreendemos que o GDF está em situação difícil. Apesar disso, a reivindicação dos servidores é justa." Abrantes lembrou que o governo anterior havia assumido o compromisso de encaminhar a demanda dos trabalhadores da área de segurança ao governo federal. "Não podemos fugir disso, até porque há um compromisso de campanha do governador Agnelo", acrescentou o distrital.

Encerrada a assembleia, por volta das 18h, os deputados distritais Wellington Luiz (PSC), Cláudio Abrantes (PPS) e Dr. Michel (PSL) foram recebidos no Palácio do Buriti pelo secretário

O que diz a Lei

A Lei nº 10.633, de 2002, determina que o governo federal repasse verba para o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), a fim de garantir os recursos necessários à organização e manutenção das polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do DF. O FCDF é utilizado também como assistência financeira para execução de serviços públicos de saúde e educação, conforme disposto no inciso 14 do artigo 21 da Constituição Federal.

Entre outras vantagens, a criação do fundo eliminou o caráter voluntário de parte das transferências da União, o que deixa o DF em situação mais confortável para programar as despesas e gerenciar os recursos. Entretanto, desde a vigência do fundo, iniciada em janeiro de 2003, a União passou a incorporar no seu orçamento o valor, promovendo a execução do FCDF no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

Compreendemos que o GDF está em situação difícil. Apesar disso, a reivindicação dos servidores é justa."

Cláudio Abrantes,
deputado distrital pelo PPS

R\$ 8,74
BILHÕES

Valor do Fundo Constitucional do DF para este ano, que significa um aumento de 13,5% em relação ao montante de 2010

de Governo, Paulo Tadeu. Segundo Wellington, o secretário prometeu para hoje um encontro com o governador Agnelo Queiroz.

De acordo com Abrantes, Paulo Tadeu acredita que é urgente e necessária a participação do governador nas negociações. Os policiais marcaram assembleia para as 15h da próxima terça-feira, na

Praça do Buriti. Durante a paralisação os agentes somente atenderão as ocorrências graves e emergenciais, como homicídio, latrocínio, estupro e Lei Maria da Penha.

Apesar das negativas do Executivo, o Sinpol conseguiu uma vitória na Justiça. O juiz que acompanhava o caso se declarou incompetente para julgar a ação apre-

sentada pela Procuradoria-Geral do DF para que a paralisação fosse suspensa. A Direção-Geral da PCDF voltou a pedir à Procuradoria um avaliação da decisão judicial. Além disso, destacou que tem adotado as providências, no sentido de manter a prestação dos serviços de segurança pública e amenizar os prejuízos à população.